

JB  
12/4/97 3  
440

ANTROPOLOGIA

# Sob a tutela da hipocrisia

A história do indigenismo reflete uma guerra silenciosa que ainda não terminou

Um grande cerco de paz – Poder tutelar, indigenidade e formação de Estado no Brasil  
Antonio Carlos de Souza Lima  
Vozes, 334 páginas  
RS 30,80

MÁRCIO SANTILLI

**A**ntonio Carlos de Souza Lima, professor de Etnologia do Museu Nacional (UFRJ), é um raro pesquisador interessado em política indigenista, expressão que indica, especialmente aos menos avisados, alguma coisa de interesse específico de índios. Em *Um grande cerco de paz*, revela os conceitos básicos que permeiam a forma hipócrita de dominação engendrada na nossa tradição colonial. Os hipócritas, no caso, somos nós. Assim, vale a pena avisar aos leitores que o livro trata sobretudo de nós.

Escrevi, um dia, que os índios são nossos espelhos, paradoxalmente, quando encarados pelo avesso da alteridade. O tipo de política (hipócrita) que elaboramos para eles é uma caricatura da política entre nós, pela qual percebemos melhor e mais facilmente o quanto é pré-histórica a nossa civilização.

*Um cerco de paz* pega a questão pela etapa do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão federal republicano, antecessor da Funai, incumbido de administrar a ponta de lança do processo colonial. Mostra o aparato estratégico-burocrático-ideológico da redução dos povos indígenas à categoria genérica índio (ou silvícola, para o fim deste raciocínio, tanto faz) e depois à de caboclo, já de "raça brasileira". Da criação de reservas redutoras dos territórios tradicionais para a produção de trabalhadores nacionais quase sem terras, como vemos hoje entre os Kaiowá no Mato Grosso, os Krenak em Minas Gerais, os Púlhô em Pernambuco.

A importância de rastrear os caminhos e descaminhos do indigenismo está em podermos, pelo menos, imaginar a superação das relações de tutela, na política para os índios e na política para os pobres não índios em que, majoritariamente, resultamos. Desnudar esses labirintos que compõem a nossa própria cabeça, a nossa (má) (in)consciência, que tumultua os nossos sonhos com os pesadelos que surgem sem aviso prévio. Não há fronteira clara entre a política para minorias e a para maiorias.

A atualidade do texto tem a ver com a encruzilhada em que se encontra a questão indígena no Brasil de hoje. Os avanços formais no processo de reconhecimento oficial das terras indígenas, o crescimento demográfico dessas populações, os novos símbolos que as traduzem para o universo urbano da opinião pública nacional e internacional, fazem dos índios (de alguns deles) candidatos fortes a um lugar no futuro do país. A conjuntura indigenista, no que ainda tem de tragédia e no que já tem como potencial riqueza, deve estar escondendo alguma coisa importante sobre nós.

O cerco se fecha. As frentes de expansão econômica ultrapassam as fronteiras nacionais. Os Yanomami da Venezuela morrem nas mãos dos garimpeiros brasileiros. Embora persistam "espaços vazios" de ocupação e de desenvolvimento, já são espaços cercados. Embora existam registros de algumas dezenas de grupos indígenas ainda sem contato com o estado brasileiro, é mais do que provável que já tenham incorporado plásticos e vidros nos seus adornos tradicionais, e estejam em convívio

Márcio Santilli é integrante do Instituto Sócio-Ambiental e ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai)



Marechal Rondon, fundador do SPI, no fim da vida: boas intenções não bastaram para evitar etnocídio

intermitente com garimpeiros, madeireiros, ribeirinhos e outros nacionais dos confins territoriais.

Assim, a guerra de conquista continua, mas baixa ainda mais o grau de intensidade do conflito (e amplia o grau de dissimulação). Ademais, ainda não há solução para os índios no *day after da pacificação*. A lógica tutelar pressupõe um projeto de extinção de identidades socioculturais plurais pela produção da indianidade genérica. Sua superação pressupõe alternativas pelas quais o Estado pudesse se organizar sem a recorrência ao tradicional e famoso "órgão indigenista da União". Antonio Carlos aponta o evidente vínculo entre o modelo de órgão e a política de assimilação. Não há razão para manter-se o modelo na perspectiva de uma política que venha fundada em direitos indígenas permanentes.

Na falta – por enquanto – das alternativas, esvaziado de interesse pelo poder central do estado, o órgão tutor segue trôpego pelo caminho da cooptação. Mas, na verdade, seu sentido sucumbiu à persistente revelação dos seus dotes clientelistas, mafiosos e corporativos. Ninguém aposta vintém. Para o Estado, seu papel primitivo, jus-

tificador, já não é tão fundamental. Em outros níveis, o cerco já é tal que tanto faz existir ou não um órgão de cunho tutelar.

Na rota do horizonte, cabe dimensionar o que, mesmo, interessa aos índios no Estado, versus o que, mesmo, interessa, a essa altura, ao Estado nos índios. Até há necessidades e interesses. E mil cruzamentos possíveis, passando ao largo do modelo do órgão tutor. Para ações mais estratégicas, se

**O tipo de política que elaboramos para os índios é uma caricatura da política praticada entre nós**

espaço houver, será necessário um instrumento de fomento, público mas não estatal, que estimule projetos comunitários de superação do paradigma tutelar. Para a famosa assistência, melhor seria que cada ministério pertinente cuidasse da sua parte, ficando para um conselho interinstitucional, arejado pela presença da sociedade, a tarefa da articulação.

Vamos aqui fazer uma profissão de fé no futuro dos índios, pelo menos de alguns povos, que lograram conquistar um grande território,

nestes tempos de ceticismo. O cerco do Estado, no limite, também se cerca a si próprio, no imbróglio da globalização. Mais da metade da civilização já não aprecia a colonização. Assim, o preço político das estratégias assimilacionistas tende a ficar maior que o benefício concreto da ocupação (do que ainda não foi ocupado).

Altera-se a lógica da especialização, introduzem-se outros interesses, da biodiversidade ou da preservação, assumindo os índios e suas terras outro papel e dimensão. De nada nos serve, hoje em dia, mais terra barata, mais mão de obra desempregada. Prevalece até a lógica simbólica sobre a física apropriação.

É claro que se guem sendo fortes os saqueadores, os comerciantes do ouro e do mogno. Também é claro que o Estado, ainda que mais ambíguo, seguirá plantando obras e espalhando devastação. Mas daqui para frente as chances serão maiores para aqueles que forem capazes de superar o impacto genocida da *pacificação*, sem apodrecerem na fisiologia do Estado. Como? Vou repetir o Antonio Carlos: "a destruição de um cerco é tão mais eficaz quanto em maior número de pontos ele for simultaneamente atacado".